



VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE: resistências para além de silêncios e omissões

VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA UNIVERSIDAD:

resistencias más allá del silencio y las omisiones

GENDER-BASED VIOLENCE IN THE UNIVERSITY:

resistances beyond silence and omissions

Maria Cristina Cavaleiro
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP
mariacristina@uenp.edu.br

Elisangela Aparecida da Silva Lizzi
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
elisangelalizzi@utfpr.edu.br

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de investigação sobre a prevalência da violência de gênero em uma universidade pública estadual do Paraná, bem como nuances identificadas nesse cenário. O percurso metodológico se configurou em um estudo de pesquisa transversal realizado com estudantes da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), maiores de 18 anos, utilizando amostragem aleatória estratificada e coletou dados por meio de um questionário online sobre violência de gênero e outros tipos de violências no ambiente universitário. Os dados foram analisados empregando estatísticas descritivas e análise de corpus textuais, com ênfase nas situações de violência de gênero, resultando em medidas descritivas, gráficos e tabelas ilustrativas, bem como em análise do conteúdo das respostas. Os resultados corroboram aspectos do sexismo e de múltiplas formas de violência de gênero - com intensa presença de assédio moral, ameaças, humilhações e violência sexual - no ambiente universitário, o silenciamento das denúncias, a omissão e o complacênciam da instituição. Apesar das declarações de inclusão social e direitos humanos em documentos da universidade, revela-se a ausência de compromisso com a concretização de políticas institucionais visando o combate à violência de gênero no ambiente universitário.

Palavras-chave: Violência de gênero. Universidade. Estudantes.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar los resultados de una investigación sobre la prevalencia de la violencia de género en una universidad pública del Estado de Paraná, así como las sutilezas identificadas en este contexto. El enfoque metodológico consistió en un estudio de investigación transversal realizado con estudiantes de la Universidad Estatal del Norte de Paraná (UENP) mayores de 18 años, utilizando un muestreo estratificado aleatorio y recopilando datos a través de un cuestionario en línea sobre violencia de género y otros tipos de violencia en el entorno universitario. Los datos se analizaron utilizando estadísticas descriptivas y análisis de corpus textual, con énfasis en las situaciones de violencia de género, lo que resultó en medidas descriptivas, gráficos y tablas ilustrativas, así como en el análisis del contenido de las respuestas. Los resultados respaldan aspectos del sexismo y múltiples formas de violencia de género, incluyendo la presencia



significativa de acoso psicológico, amenazas, humillaciones y violencia sexual en el entorno universitario, así como el silenciamiento de las denuncias, la omisión y la complacencia por parte de la institución. A pesar de las declaraciones de inclusión social y derechos humanos en los documentos universitarios, se revela la falta de compromiso con la implementación de políticas institucionales para combatir la violencia de género en el entorno universitario.

Palabras- clave: Violencia de género. Universidad. Estudiantes.

Abstract: The objective of this article is to present the results of a study conducted on the prevalence of gender-based violence at a public university in the State of Paraná, as well as the identified nuances within this context. The methodological approach involved a cross-sectional research study conducted with students at the State University of Northern Paraná (UENP), aged 18 and above, using stratified random sampling and data collection through an online questionnaire on gender-based violence and other forms of violence in the university environment. The data were analyzed using descriptive statistics and textual corpus analysis, focusing on instances of gender-based violence, resulting in descriptive measures, illustrative graphs and tables, as well as content analysis of the responses. The results corroborate aspects of sexism and multiple forms of gender-based violence, including significant instances of psychological harassment, threats, humiliation, and sexual violence in the university environment, as well as the silencing of complaints, institutional omission, and complacency. Despite declarations of social inclusion and human rights in university documents, the absence of a commitment to implementing institutional policies to combat gender-based violence in the university environment is revealed.

Keywords: Gender violence. University. Students.

Introdução

*De certa forma, é preciso conseguir se colocar
no lugar de quem sofre a agressão
para entender o ato como violento.*

(Heloisa Buarque de Almeida)

Era uma manhã do ano de 2018, quando correu a notícia de estupro de uma estudante da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).¹ Uma semana repleta de rumores. Em pequenos grupos, nos corredores, nas conversas “pelos cantos”. Uma “nota de esclarecimento” foi publicada no site da universidade e na imprensa regional, informando que a “suposta violência”, ocorreria “fora dos muros da universidade” e que a direção de campus havia “tomado ciência de um caso de violência sexual sofrido por uma aluna, por meio de relatos feitos pela vítima”, para quem a instituição estava “prestando toda a assistência” (MATIAS, s/p, 2018). Citava-se ainda, a abertura de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para “apuração dos fatos”, adicionando que esse procedimento seria conduzido “com a cautela necessária, no sentido da manutenção da segurança física e moral da vítima, preservando a não identificação dos envolvidos” (MATIAS, s/p, 2018).

1 A UENP se organiza no formato multicampi, descentralizado geograficamente (Campus Cornélio Procópio, Campus Luís Meneghel e Campus Jacarezinho) (PDI, 2019).



Transcorrido um certo tempo – algo em torno de um mês – foi divulgado um vídeo institucional no site dessa universidade. Exibiam-se imagens de estudantes, docentes e ocupantes de cargos de direção da instituição – todas mulheres com partes dos rostos pintados com listras na cor vermelha – citando frases sobre o combate à violência sexual no Brasil. No final do vídeo, retomava-se a cena com cada uma das participantes que exclamava: “Não é não!”. Supõe-se que a intenção fora chamar a atenção para a fronteira do consentimento utilizando-se dessa frase. Sem qualquer outra alusão, o vídeo permaneceu por alguns dias “em cena”. E as indagações e rumores também continuaram pelos corredores. Entre estudantes e docentes cada vez mais ouvia-se a pergunta: “Quem são as pessoas envolvidas?”. “Se ocorreu em espaço externo à instituição, a universidade tem responsabilidade?”. Outras conversas acenavam, geralmente, para o debate sobre o ato sexual consentido e a violência (essa linha sempre nebulosa), revelando uma das disputas mais controversas relacionada à violência contra as mulheres: a falsa denúncia de agressão sexual. “É muito difícil, quem vai acreditar apenas na palavra da mulher? Não tenho segurança!”. Ainda que nesse momento os diálogos se guissem por conjecturas (inclusive decorrente do sigilo), poucas referências emitidas protegiam a afirmação (a palavra) da sobrevivente, de quem sofreu o estupro.

Em 2019, vídeos e fotos de “trotos” exibiam uma “recepção às/-aos calouros” da UENP. As cenas do “trote” realizado num dos campi, expunham as estudantes – mulheres – sendo banhadas de esterco e forçadas “a beijar uma cabeça de porco”. Cenas grotescas, recheadas de humilhações, violências e preconceitos². No ambiente universitário³ escutamos muitos discursos (de estudantes e de professores(as)), vinculando o trote a “uma brincadeira que acontece todo ano”. Essa similitude entre trote e brincadeira é contestada por Heloisa Buarque de Almeida com uma frase exemplar dita na abertura de um dos episódios da série documental “Rompendo o silêncio”: “Se a brincadeira de um é a humilhação de outro, isso não é brincadeira, é violência”⁴.

A luta contra a violência, e mais especificamente, contra a violência sexual – ou assédio sexual - precisa ser constante. A Organização Mundial da Saúde define violência como o uso intencional da força física ou poder em forma de ameaça ou efetivamente, contra si

2 A imprensa regional repercutiu o fato com o título “Veteranos recebem calouros com trote humilhante na UENP” (ANUNCIFACIL, 2019).

3 Em concordância com Deise Maito et al. (2019), adotamos o termo “ambiente universitário” designando os locais em que integrantes da universidade estejam reunidos e reunidas em nome da instituição – por exemplo: em palestras, seminários, viagens. O termo abrange também as relações entre pessoas que ocorram em função da universidade, mesmo que essas relações aconteçam “fora” da universidade, como festas das associações universitárias, repúblicas estudantis, por exemplo.

4 Ver o trailer da série “Rompendo o Silêncio” (produção da HBO, lançada em 2021), disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BEcLR6ICSt8>. Acesso em 20/03/2023.



mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades deoccasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (KRUG *et al.*, 2002, tradução nossa). Importante destacar que essa definição vincula a intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido. O acréscimo da palavra “poder”, completando a ideia de “uso de força física”, amplia a compreensão da natureza de um ato violento, expandindo-se o conceito usual de violência para incluir os atos que resultam de uma relação que abrange ameaças e intimidação (DAHLBERG E KRUG, 2006, p.1165).

Ao concordarmos com essa definição, podemos pensar em violências, uma vez que não existe “a” violência e estas ocorrem em distintas funções, servindo a diferentes destinos. No entanto, vale ponderar sobre a dificuldade de conceituar a violência, oriunda do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. De tal modo, a produção da violência não pode ser encarada como fenômeno a-histórico e destituído de subjetividade. Assim, ao buscar percebê-la como fenômeno social não nos ocupa produzir um conceito definitivo sobre o que exatamente consiste a violência, pois ela varia de acordo com determinadas categorias culturalmente hegemônicas, ou seja, constitui uma categoria socialmente produzida, portanto, não tem uma definição universal (WIEVIORKA, 2006).

As definições não são poucas na literatura e compreender o fenômeno da violência sexual também pressupõe lidar com categorias em disputa de sentidos, em pleno processo de transformação ou constituição. Conforme Heloisa Buarque de Almeida (2023), violência sexual agraga a ideia de assédio, um termo polissêmico que “pode escorregar de uma situação à outra” (ALMEIDA, 2023, p. 147). Em decorrência dos muitos significados e usos variados, pode-se apreender um espectro de circunstâncias que são denominadas como assédio sexual, tais como, “situações desconfortáveis, humilhantes e ameaçadoras, piadas sexistas ou “elogios” fora de hora, abraços e toques corporais indesejados, e, até mesmo, ocorrências que configuram a violência sexual extrema, como o estupro” (ALMEIDA, 2023, p. 148).

Por sua vez, o conceito de violência de gênero também recebe diferentes significados entre disciplinas, pressupostos teóricos e objetivos de investigação, evidenciando a complexidade do fenômeno⁵. Atinente à definição de Scott (1995, p.16) “o gênero é o primeiro

5 Em que pese considerarmos o conceito de violência de gênero para compreensão de determinadas formas de violência, o uso do termo não goza de pleno consenso no campo dos estudos feministas e no próprio movimento feminista. Um conceito que também transborda na disputa de sentidos, em processo de transformação ou constituição



campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. O conceito permite compreender que ser homem ou ser mulher é algo que resulta de processos culturais e relações de poder (SCOTT, 1995, p.89) que implicam na constituição das desigualdades e nos conflitos que geram violências. Na proposição de Scott (1995, 2012) encontramos argumentos para entender a conexão entre gênero e relações de poder, evidenciando que a violência somente se perpetua quando o (a) agressor(a) enxerga a vítima como alguém vulnerável, subserviente e menos importante.

O uso da expressão violência de gênero, conforme Sueli de Almeida “designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente” (ALMEIDA, 2007, p.24), sustentada em um quadro que expõe múltiplas opressões, fundadas e fecundadas a partir da matriz hegemônica de gênero, ou seja, das concepções dominantes de feminilidade e masculinidade, que vão se configurando a partir de disputas simbólicas e materiais, processadas, dentre outros espaços, nas instituições cuja funcionalidade no processo de reprodução social é inconteste – marcadamente, a família, a escola, a igreja e os meios de comunicação – e materializadas, ainda, nas relações de trabalho, no quadro político-partidário, nas relações sindicais e na divisão sexual do trabalho. Trata-se de “processo macro e micropolítico, que se desenvolve em escala societal e interpessoal” (ALMEIDA, 2007, p.28). Nesse sentido pode-se dizer que a violência contra a mulher é uma das principais formas de violência de gênero, contudo, nem toda violência de gênero recai apenas sobre a mulher, a exemplo daquela praticada contra quaisquer sujeitos, expressões ou estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, a heteronormatividade, à matriz heterossexual.

Na literatura, a violência sexual é reconhecida, mais amplamente, como uma das formas de violência de gênero, constituída por práticas naturalizadas que demarcam desigualdades de gênero. Assim, as distintas expressões da violência de gênero têm um caráter sistêmico e estrutural, que pode ser compreendido como um *continuum* (FRIES y HURTADO, 2010, tradução nossa) que vai desde as pequenas agressões cotidianas (verbais, gestuais) até a violência física e sexual que ocorre em diversos contextos (tanto domésticos como públicos).

No Brasil, essas violências explodem. O levantamento “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (FBSP, 2023), permite estimar que cerca de 18,6 milhões de mulheres brasileiras foram vitimizadas em 2022, uma cifra equivalente a um estádio de futebol com capacidade para 50 mil pessoas lotado todos os dias. Em média, as mulheres que foram vítimas de violência relataram ter sofrido quatro agressões ao longo do ano, mas



entre as divorciadas a média foi de nove vezes. Quando comparadas com as edições anteriores, todas as formas de violência contra a mulher – violência física, sexual e psicológica – apresentaram crescimento acentuado em 2021. Ainda segundo o levantamento, 46,7% das brasileiras sofreram assédio sexual em 2022, um crescimento de quase 9 pontos percentuais em relação ao ano anterior, quando a prevalência de assédio foi de 37,9% (FBSP, 2023).

Levantamento nacional realizado via busca ativa pelo Grupo Gay da Bahia indicou morte violenta de 300 pessoas LGBTQIA+ em 2021, um aumento de 8% em relação ao ano anterior, das quais 276 foram homicídios (DE OLIVEIRA & MOTT, 2022). Em 2022, tivemos pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas. A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e observa-se um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do ambiente escolar (ANTRA, 2023).

As pesquisas apontam a violência de gênero como algo frequente e fortemente enraizado no ambiente universitário. Longe de serem refratárias à violência de gênero, as universidades são espaços onde ela se expressa, se produz e se reproduz como acontece em outras esferas sociais. Um ambiente que muitas vezes garante e, em outras, constrói resistências à sua ocorrência. Na atualidade, ainda que esse debate tenha ganhado notoriedade em estudos e pesquisas acadêmicas de cunho internacional e nacional, ainda está muito longe de ser traduzido em políticas institucionais efetivas. A literatura evidencia que as universidades, na maioria das vezes, encobrem e não apuram as denúncias nem promovem ações para coibir essa violência. Sentem-se mais atacadas pela acusação pública de estudantes ou docentes do que pelo fato de ter acontecido uma agressão sexual em suas dependências ou o fato de abusos serem recorrentes (ALMEIDA, 2023). Um “silêncio” sobre a violência que se sustenta pela condescendência institucional.

Tendo como premissa que é fundamental desconstruir esse “silêncio”, as informações e dados a serem apresentados estão baseados em estudo transversal com coleta de dados primários acerca da violência de gênero e outros tipos de violências no ambiente universitário. O levantamento das informações foi realizado por meio de um questionário eletrônico estruturado e consolidou-se com um levantamento entre 647 respondentes estudantes de cursos presenciais de graduação de universidade pública do Estado do Paraná, que agregou uma amplitude de dados sobre suas atitudes e opiniões, buscando caracterizar as situações e suas consequências.



Assim, o objetivo deste artigo é apresentar alguns resultados de investigação desenvolvida na UENP que consistiu em estimar a prevalência da violência de gênero, bem como nuances identificadas nesse cenário. Especificamente, neste artigo, estão em tela as informações sobre percepção de preconceitos; percepção - ou não - da violência de gênero no ambiente universitário; situações mais comuns identificadas e vivenciadas; locais ou ambientes apontados quanto à sua ocorrência; vítimas e agressores (as) mais frequentes; encaminhamentos - ou não - de denúncias.

A violência de gênero no ambiente universitário: breve panorama

A violência de gênero nas universidades não se restringe ao Brasil. Uma parte importante das investigações foram desenvolvidas, desde as décadas de 1970 e 1980, no Canadá e nos Estados Unidos. Neste último, desde meados da década de 1980, chamava-se a atenção para a passividade das universidades em relação à prevenção da violência sexual e de gênero. (JEE; GOOD, 2017). Desde então, foram aprovadas medidas para buscar erradicar a violência sexual nas universidades dos Estados Unidos⁶. Contudo, uma pesquisa realizada em 2014, constatou que mais de 40% da amostra nacional de universidades do país não havia conduzido uma única investigação de agressão sexual desde 2009 (U.S. SENATE SUBCOMMITTEE, 2014)⁷. A emergência de casos de violência de gênero nas universidades americanas revela fragilidades dos processos de denúncia e dos trâmites institucionais, além de flagrantes e frequentes “impunidades do agressor, a re-vitimização das sobreviventes e o fracasso generalizado das medidas de reparação e prevenção existentes” (BARBOSA, 2022, p.69, tradução nossa).⁸

A questão da violência sexual em campi universitários, explorada no estudo coordenado por Thomas Feltes (2012) com coleta de dados de 35 universidades em 5 países europeus (Alemanha, Espanha, Itália, Polónia, Reino Unido), revelou que, em média, “mais da metade da população universitária (60,7%) sofreu pelo menos uma situação dessa violên-

6 Em virtude do Clery Act (1990), as universidades que recebem financiamento federal são obrigadas a informar as agressões que ocorrem em seu campus ou próximo dele. Em 2013, uma lei passa a vigor, penalizando as universidades que recebiam recursos públicos e não possuam protocolos de atendimento.

7 O livro “Missoula” (2015), de Jon Krakauer, relata os casos de estupro ou tentativas de estupro – ocorridos entre 2008 e 2012 – encobertos pela administração de uma universidade localizada em Nevada, nos Estados Unidos. Krakauer revela o fenômeno de silenciar vítimas de estupro e confirma que a grande maioria dos casos não é denunciada e a maior parte dos estupradores não é punida. Além disso, alerta que esse tipo de abuso é regra, e não exceção, nas universidades americanas .

8 Atualmente, 66 instituições dos Estados Unidos e do Canadá que integram a Associação de Universidades Americanas, adotaram princípios para prevenir a violência e o assédio sexual no meio acadêmico. Um deles é o compartilhamento de dados de casos de má conduta sexual (envolvendo pesquisadores e professores) quando solicitados por instituições empregadoras (ANDRADE, 2023).



cia durante seu tempo na universidade” (FELTES, 2012, p.21, tradução nossa). Pesquisa realizada na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), em 2013, apontou que entre estudantes, a frequência de assédio sexual é de 43% para as mulheres e 27% para os homens (BUQUET *et al.*, 2013). Investigações posteriores evidenciam um sexism arraigado no ambiente acadêmico na universidade, que se manifesta seja de maneira sutil ou escancarada, além de uma posição institucional de “cegueira, surdez e silêncio” (MORENO y MINGO, 2015, tradução nossa) à violência de gênero.

No Brasil, as violências nos ambientes universitários também não são recentes, embora os estudos acadêmicos acerca da temática tenham ganhado fôlego e maior visibilidade, enquanto um fenômeno social, da ordem institucional e estrutural das desigualdades de gênero, tão-somente a partir da década de 2000 (ALMEIDA E ZANELLO, 2022). No âmbito das pesquisas acadêmicas, Vilma Zotareli *et al.* (2012) realizaram investigação pioneira com estudantes de uma universidade pública do Estado de São Paulo, revelando que entre as jovens universitárias, 56,3% foram submetidas a algum tipo de violência e 9,4% foram submetidas à violência sexual desde a entrada na universidade. Esse estudo confirmou, ainda, que 29,9% dos homens relataram ter cometido algum tipo de violência, sexual ou outra.

A primeira pesquisa - de cunho nacional - sobre o tema, sob o título “Violência contra a mulher no ambiente universitário” (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015), agregou relatos online, via internet, obtidos de 1.823 estudantes, sendo 60% de mulheres e 40% de homens, das cinco regiões do país. Dentre os/as participantes, 76% estudavam em instituições privadas e 24% em públicas. A faixa etária da maioria variava entre 16 e 25 anos (51%), enquanto as classes econômicas predominantes de todo o universo de participantes eram a classe média (53%) e a alta (36%). Os resultados, de modo sintético, revelaram que o assédio e a violência sexual fazem parte do cotidiano universitário, o qual se configura como tenso e estressante para as mulheres. Muitas das alunas sentem medo de sofrer violências nas dependências da universidade e evitam algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão para se protegerem. Por fim, a pesquisa mostrou que 95% das alunas e 88% dos alunos pensam que as universidades deveriam criar meios de punir os responsáveis.

Pesquisa coordenada institucionalmente por Sales Augusto dos Santos (2019), de caráter interseccional e quantitativa, revela violências múltiplas, motivadas e inter-relacionadas por razões variadas de desigualdade e estigmas, praticadas pelos (as) próprios (as) estudantes e por professores (as) de uma universidade pública e aponta para omissões que



silenciam e contribuem com a perpetuação das violências. De acordo com Santos (2022, p. 136) existe um complexo de situações violentas que impedem “precisar onde começa e termina outra violência [pois] na prática de uma violência há outras violências embutidas”. Os estudos de Heloisa B. de Almeida (2019, 2022, 2023) examinam os embates nas universidades públicas paulistas, buscando mostrar como as disputas em torno das noções de violência são atravessadas por diferentes posicionamentos nas relações institucionais e de gênero. A despeito que para o termo “assédio” concorram muitos significados dispersos e usos variados, pontua Almeida (2023, p. 149) que nas universidades, compostas pelas suas hierarquias, “promovidas por grupos que buscam evitar o acesso de (mais) mulheres a determinadas áreas e campos do saber [...] *falar sobre assédio tem sido uma forma de lutar por direitos na universidade, uma luta por reconhecimento.*” (ALMEIDA, 2023, p. 149, grifo nosso).

Caminhos percorridos: método, amostra, instrumento e análise

O percurso metodológico seguiu o escopo de um estudo quantitativo descritivo pois teve como objetivo conhecer características específicas da temática abordada (LAKATOS E MARCONI, 2003). Delineou-se como um desenho básico da pesquisa de tipo Survey Interseccional (BABBIE, 1999), definido como desenho transversal de pesquisa que traz um retrato situacional daquela população naquele tempo e lugar. A população do estudo foi composta por estudantes, maiores de 18 anos, matriculados (as) e regulares até o terceiro ano ou até o sexto período/semestre nos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) ofertados nos períodos matutino, vespertino e noturno da UENP, nos 03 (três) campi universitários e respectivos Centro de Estudos (PDI, 2019), conferindo uma população de referência de 4.341 estudantes⁹. Considerando a organização multicampi, o esboço amostral da pesquisa foi feito considerando um cálculo baseado em amostragem aleatória estratificada, com sub-parcelas proporcionais (SCHEAFFER; MENDENHAL; OTT, 1986).

A coleta de dados foi acionada a partir de endereços de e-mail obtidos no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) da UENP¹⁰. Os dados foram obtidos a partir da aplicação de um questionário, gerado em formulário eletrônico *online* na plataforma *Google Forms* (Google, 2019) para autocompletamento. Foram enviados convi-

⁹ A investigação, realizada no ano de 2019, foi submetida e homologada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UENP), sob nº 3.437.452.

¹⁰ Foram incluídos (as) apenas estudantes que tivessem seu próprio e-mail - individual - cadastrado no SUAP. A UENP não fornece e-mail institucional para estudantes.



tes à totalidade da comunidade de estudantes para responderem, de forma anônima e voluntária, ao questionário adotado como instrumento da pesquisa. Contendo questões fechadas e abertas, o questionário ficou disponível para as respostas durante um período de 60 (sessenta) dias consecutivos, com disparos semanais recorrentes. Em termos de conteúdo, foi formulado com base em reportagens e artigos jornalísticos sobre as temáticas da violência, violência sexual e violência de gênero no ambiente universitário e no estudo de Fabro *et al.* (2017), também incorporando informações da Pesquisa Instituto Avon/Data Popular (2015) e da Pesquisa Diversidade Sexual (FPA/RLS, 2010).

É forçoso reconhecer que a complexidade para conceituar a violência, oriunda do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido e da “disputa de sentidos pelos atos que são nomeados como violentos” (ALMEIDA, 2023), também rebateu sobre sua estruturação, especificamente quando buscamos delimitar nas perguntas fechadas, as fronteiras da violência de gênero. Além disso, concordamos com Sales Augusto dos Santos (2022, p.136) quando afirma que “é difícil precisar onde começa e termina outra violência (...) na prática de uma violência há outras violências embutidas”. Portanto, ao balizarmos as perguntas sobre violência de gênero buscamos incluir as seguintes situações: piadas sexistas - em sala de aula ou em outros ambientes; “elogios” fora de hora; toques corporais indesejados; constrangimento para ter uma relação sexual; ameaças e coações.

Em relação às questões fechadas, utilizou-se estatística descritiva para resumir a informação por meio de tabelas e gráficos (PAGANO e GAUVREAU, 2004) e para as respostas abertas utilizou-se análise de corpus textuais, com gráfico de nuvem de palavras.

A partir das informações obtidas, procedeu-se à análise dos dados, com uma breve descrição dos achados utilizando medidas descritivas como frequência e percentual, bem como gráficos e tabelas ilustrativas. Nas questões abertas, os dados qualitativos expressos a partir dos registros dos relatos no questionário foram sumarizados, destacando-se as expressões mais frequentes e utilizou-se uma análise do conteúdo das respostas, visando produzir uma linguagem, na qual os documentos resultam de uma interpretação social, do mundo (GAUTHIER, 2006).

Para o escopo deste artigo constarão da análise as questões que abrangeram os seguintes tópicos: dados sociodemográficos; percepção de preconceitos; percepção - ou não - da violência de gênero no ambiente universitário; situações mais comuns identificadas; locais ou ambientes apontados quanto à sua ocorrência; vítimas e agressores (as) mais frequentes; encaminhamentos - ou não - das queixas e/ou denúncias.



Aquilo que não se vê, apesar de ocorrer à vista de todos: um “coquetel” de situações de violências no ambiente universitário

Finalizado o processo de consulta aberta *obtivemos amostra consolidada com 647 respondentes*. A distribuição percentual e quantitativa de respondentes correspondeu a: 44,4% (n=287 de estudantes) do Campus de Jacarezinho; 34% (n=220 estudantes) do Campus de Cornélio Procópio e 21,6% (n=140 estudantes) do Campus de Bandeirantes. O perfil sociodemográfico apresentou maior proporção de estudantes na faixa etária igual ou inferior a 23 anos (n= 524; 81%), sexo feminino (n=459;71%), raça branca (n= 420; 65%) e da religião católica (n=315; 48,8%). A compilação também indicou 207 estudantes pretos/as e pardos/as (32%), de religião evangélica 18,3% (n=118) e se declararam sem religião 24,3% (n= 157). Se autorreferenciaram cisgênero 97% (n=627), 0,095% (n=6) pessoas não binárias, 0,065% (n=03) se autorreferenciaram trans e 1,75% (n=11) declararam não saber. Em relação à orientação sexual, 72% (n=465) heterossexuais, 18% (n=116) bissexuais, 5,5% (n=35) homossexuais e 2,5% (n=16) lésbicas. Um percentual de 1,5 % (n=9) declarou não saber e 1,2% (n=7) optaram por não declarar.¹¹

A maioria dos(as) estudantes (95,1%; n=615) concorda com a afirmação de que “a sociedade brasileira é racista”. Ao responderem sobre o próprio preconceito, 94,9% (n=614) afirmaram “não ser racista”. Ou seja, todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2020). Trata-se do fenômeno de atribuir os preconceitos aos outros sem reconhecer o próprio. (VENTURI, 2010).

Quando inquirimos sobre a percepção de violências no ambiente universitário, as respostas assinaladas indicam que 55,4% (n=358 estudantes) presenciaram situação de violência. Dentre o percentual de respostas que confirmaram presenciar violências, 81% (n=290) corresponde a estudantes do sexo feminino e 19% (n=68) do sexo masculino. Ao analisar a situação de violência que presenciaram no ambiente universitário, uma ou mais situações foram apontadas¹². Na Figura 1, o gráfico apresenta o percentual informado para cada uma das situações.

11 No presente artigo, os percentuais e números de algumas respostas foram desagregados considerando “sexo feminino” e “sexo masculino”.

12 Questão de múltipla escolha, portanto, a (o) respondente poderia marcar um item ou mais de um item como resposta.



Figura 1: Quantitativo de percentual. Situação de violência presenciada no ambiente universitário



Fonte: Elaboração própria, 2023

Podemos observar que as situações com percentuais mais elevados informadas sobre as violências presenciadas relacionam-se a: “piadas com conotações sexistas, machistas” (82%), “comentários sexistas sobre a capacidade intelectual das mulheres ou seu papel na sociedade” (74%), “piadas com conotações LGBTfóbicas” (70%), “comentários desagradáveis sobre a maneira de se vestir” (70%) “comentários com conotações sexuais que desagradam ou humilham” (61%) e “rumores sobre a vida sexual” (59%). Ainda analisando o gráfico, constatamos o assédio sob a forma de “perturbações e medo por comentários, olhares” (44%), “intimidações ou ameaças” (38%) e “pressões para manter relações sexuais” (18%). No que tange às agressões sexuais, a intensidade do reconhecimento sobre essa situação na UENP (15%, n=53) é dado relevante, *pois sinais dessa violência sexual também apareceram em denúncia, no ano de 2018, sobre estupro de estudante.*

Estes achados confirmam investigações nacionais que revelam um cenário de práticas machistas e sexistas, que produzem e reproduzem discriminação e violência de gênero no ambiente universitário (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015; INTERAÇÕES USP, 2018; UNICAMP, 2018; SANTOS, 2019; MONTRONE ET AL., 2020) contra mulheres, em sua maior parte, mas também contra aqueles e aquelas que não se conformam às regras e aos padrões de gênero codificados como “masculino” e “feminino” e à sexualidade tida como legítima (a heterossexualidade). Assim, *estudantes enfrentam situações que se lhes imputam inferioridade e subordinação num ambiente acadêmico sexista.* O sexismo tem um fundamento na negação da humanidade das mulheres (MINGO & MORENO, 2017). Marta Lamas (1998), define o sexismo como “venerável instituição” e alude à subordinação das mulheres. “O sexismo é um problema mais das mulheres do que dos homens. A diferença traduz-se em desigualdade, tendo o masculino como referência” (LAMAS, 1998, p.194).



A aceitação do humor sexista leva (especialmente, mas não apenas) os homens a acreditarem que o comportamento sexista está dentro dos limites da aceitabilidade social, o que contribui fortemente para legitimar o preconceito em nossa sociedade (SCIENCE-DAILY, 2007), assim como alimentam a escalada do assédio sexual. Além de tudo, a literatura aponta o quanto a vitimização verbal carregada pelas piadas é frequentemente dirigida à população LGBTT (VENTURI & BOKANY, 2011) revelando tratamento com ironia ou gozação. Comentários sexistas e LGBTfóbicos podem fazer com que o ambiente universitário seja hostil para qualquer estudante. Por sua vez, a desqualificação sobre a capacidade intelectual das mulheres é um dado recorrente em estudos que indicam ser esse um dos principais motivos para a pouca presença delas nas carreiras científicas e tecnológicas (CASAGRANDE, 2011).

Entre as perguntas incluídas no questionário com a finalidade de mapear as violências foi sobre “se sofreram ou vivenciaram violência nas dependências na universidade”: 23% (n=147) sinalizaram de forma positiva. Destacamos que esse *universo de respondentes foi composto por* 134 (91%) estudantes do sexo feminino que afirmaram ter sofrido violência no ambiente universitário e do sexo masculino foram 13 (9%).

Na sequência, foi solicitado às pessoas desse grupo que indicassem as *situações de violência por elas vivenciadas*, ou seja, qual (is) violência (s) sofreu/sofreram/vivenciaram. As distribuições das ocorrências estão apresentadas a seguir, na Figura 2 (gráfico).

Figura 2: Gráfico. Quantitativo das situações de violência vivenciadas



Fonte: Elaboração própria, 2023.



As informações atestam que o *tratamento com ironia e gozações recebeu 93% de indicações*. Ser tratado (a) com grosserias e ofensas auferiu 77% e exposição vexatória ou constrengedora 62%, seguido de humilhação por parte de professores/as (59%)¹³. “Ser forçado (a) a fazer coisas que não gostaria” recebeu 17%, “forçado (a) a participar de trotes (10%) e “submetido (a) a violência sexual recebeu” 3%. Ao que parece, essas vivências confirmam um “coquetel de violências” (SANTOS, 2019) onipresentes nesse cotidiano universitário.

Novamente, apreende-se a persistência do assédio ou violência moral sob a forma de desrespeito, humilhação e intimidação, contra as estudantes da UENP (uma vez que as mulheres constituíram parcela significativa (n=134) de respondentes). Rita Segato (2003), define violência moral como tudo o que envolve agressão emocional, mesmo que não seja consciente nem deliberada, cujas consequências diferem da violência física – geralmente evidentes e denunciáveis. Conforme Segato, apesar do sofrimento e dos prejuízos evidentes que a violência física causa às suas vítimas, ela não é a forma mais eficaz nem a mais comum de reduzir a autoestima, minar a autoconfiança e desestabilizar a autonomia das mulheres. Portanto, a violência moral é profundamente danosa pois pode ocorrer sem nenhuma agressão verbal e se expressa na “ridicularização, coação, suspeição, intimidação, condenação da sexualidade e desvalorização cotidiana da mulher”, “manifestando-se exclusivamente com gestos, atitudes, visual”. (SEGATO, 2003, p.115, tradução nossa)

A “participação forçada em trotes”, foi assinalada por 7 estudantes (relembrando que são mulheres). Não nos escapa rememorar as cenas descritas no início deste artigo. De maneira geral, os trotes universitários têm sido permeados por violências, com imposição de estruturas hierárquicas e vinculados à questão de privilégios de determinados grupos. Em sua reflexão sobre o trote nas universidades, Lourdes Bandeira (2017) destaca a visibilidade que esse fenômeno alcançou e que sua violência carrega “cicatrizes profundas nas jovens universitárias, fazendo com que algumas desistam de frequentarem o curso” (BANDEIRA, 2017, p. 3, grifo nosso).

A declaração de violência sexual assinalada por 3 estudantes, confirma o resultado do estudo citado anteriormente de Vilma Zotareli *et al.* (2012) que aponta que as estudantes sofrem violência sexual desde seu ingresso na universidade e reforça o entendimento que esse ambiente universitário se configura como tenso e estressante para as mulheres (ALMEIDA, 2017, p. 218). Chama-nos a atenção, pois a violência sexual associada à emocional e física foi verificada também em estudantes de seis universidades espanholas, observando ainda maiores chances de tentativas de suicídio (LEONE; CARROL, 2016).

13 Questão de múltipla escolha, portanto, a (o) respondente poderia marcar um item ou mais de um item como resposta.



A Tabela 1, a seguir, apresenta quantitativo dos locais ou ambientes informados quanto à ocorrência de violência nos campi da UENP.

Tabela 1. Local (is) ou ambiente (s) no (s) qual (is) a situação de violência ocorre

Local ou ambiente	Quantitativo/ Respostas	%
Sala de aula	97	66%
Áreas internas e abertas do campus	84	57%
Festa universitária	31	21%
Repúblicas	15	10%
Cantina	12	8%
Trote realizado por estudantes da universidade.	12	8%
Espaços externos e contíguos aos campi/ruas, praças	12	8%
Laboratórios de pesquisa	10	7%
Salas de professores/as	8	5%
Biblioteca	6	4%
Secretaria	6	4%
Sala de estudos	5	3%
Moradia estudantil	1	1%

Fonte: Elaboração própria, 2023

Observa-se na Tabela 1, que o *local com mais indicações da ocorrência de violência, foi a sala de aula* (66%), seguido por áreas abertas da universidade (57%), festa universitária (21%), repúblicas (12%); cantina (12%). Esses dados corroboram situações encontradas na pesquisa realizada por Montrone *et al.* (2020). No entanto, no que diz respeito às festas universitárias, pertinente considerar a reflexão de Rogéria Martins *et al.* (2021), sobre o risco de “aliar qualquer festa como sinônimo de locais de abusos”, em que pese nesses encontros acontecerem casos de violência, “principalmente pelo uso ou indução ao uso abusivo de álcool e outras drogas que possam fazer estudantes ficarem inconscientes e suscetíveis à prática de abusos e violências” (MARTINS *et al.*, 2021, p. 110).

Na Tabela 2, em seguida, os (as) agressores (as) foram informados pelas (os) estudantes respondentes.¹⁴ Quanto ao universo de respostas dessa questão, vale lembrar que foi composto por aproximadamente 91% (n= 134) de estudantes do sexo feminino. O agressor com mais indicações foi: amigo (67%); professor (a)/coordenador (a) de curso/diretor (a) (48%), funcionário (a) 10%, ex-namorado (a) (4%) e outro (a) (4%).

¹⁴ Questão de múltipla escolha, portanto, a (o) respondente poderia marcar um item ou mais de um item como resposta à sua escolha



Tabela 2. Agressor (a) mais frequente

Agressor/a	Quantidade	%
Amigo (a)	98	67%
Professor (a) /coordenador (a) de curso/diretor (a)	70	48%
Funcionário (a)	14	10%
Ex-namorado (a) /namorado	8	5%
Outro (a)	6	4%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Além da alta frequência de respostas informando que são amigos(as) e professor(a)/coordenador(a) de curso e diretor(a), como agressores (as) mais frequentes, *ao observarmos as Tabelas 1 e 2 referentes respectivamente sobre os locais que as violências foram vivenciadas e o (a) agressor (a) mais frequente*, tendo em mente a leitura dos dados obtidos em questão anterior (sobre as distintas expressões de violências declaradas pelos (as) estudantes – e relembrando especificamente as situações indicadas com mais frequência, quais sejam, tratamento com ironia e gozações por outros (as) estudantes e humilhação por parte de professores (as)) evidencia-se que *essas violências ocorrem, em grande parte, nos espaços que não estão distantes do alcance dos olhares e presenças dos outros* (são citadas as salas de aula, áreas abertas, cantinas, quadras de esportes) e, confirmadamente, são acionadas por agressores conhecidos. Revela-se uma experiência constante “de estar em um campo distorcido por discriminação sutil, cultura que se manifesta nas salas de aula diante do olhar indiferente de alguns professores e em outros espaços universitários”. (ALMEIDA, 2023, p. 148). Esses resultados permitem aventar que são múltiplas as formas pelas quais a violência está presente na experiência cotidiana dos campi universitários da UENP.

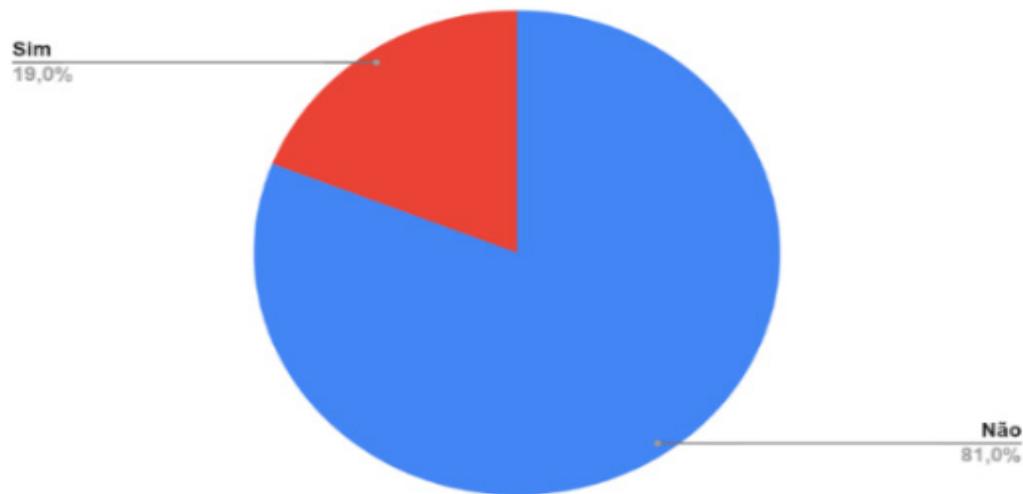
Acrescentamos análise de Montrone *et al.* (2020, p. 17), sobre o relacionamento entre colegas do curso e também com os/as professores/as, considerado um preditor de qualidade de vida e de satisfação acadêmica com o curso escolhido (GODINHO *et al.*, 2018). Contrariamente, um “relacionamento abusivo pode gerar solidão, violência e suicídio” (BARDA-GI; HUTZ, 2012; GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004). Assim, acompanhando Montrone *et al* (2020), percebemos que as e os estudantes respondentes estão suscetíveis a perda de qualidade de vida.

Em outra questão, solicitamos que manifestassem sua *opinião se as denúncias de violência são reportadas a algum órgão na universidade*. Ou seja, indagamos se as (os) estudantes denunciam a (s) violência (s). Na Figura 3, o gráfico apresenta o percentual das respostas.



Figura 3. Opinião de estudantes/violências reportadas a algum órgão na universidade

Sobre se os/as estudantes reportam a violência (com conotação sexual ou não) a algum órgão da universidade



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Um contingente expressivo de respondentes, em torno de 81% (n=524), afirma que não se encaminha qualquer reclamação ou denúncia. Em questão aberta, obtivemos os relatos dessas (es) estudantes, sobre as possíveis causas ou motivos para não encaminharem denúncias sobre as violências no ambiente universitário. Desse grupo de 524 respondentes, 77% (n= 403) são estudantes do sexo feminino.

“Silêncios” diante das denúncias: medo e vergonha

*“Ninguém fala. Repressão.
Vergonha de ser ouvida com indiferença”
“Não denunciam. Medo e vergonha.
Porque a universidade culpa a vítima”
(respostas de estudantes)*

Na Figura 4, observamos o gráfico de proporcionalidade dos termos utilizados (Gráfico Nuvem de palavras) sobre o (s) motivo (s) pelo(s) qual (is) as denúncias ou reclamações não são encaminhadas a algum órgão da UENP. Em maior escala, estão as palavras que foram as mais citadas nos textos/relatos das (os) respondentes. Aquelas que estão em menor escala, representam as menos citadas. Dessa forma, quanto maior for a palavra, mais vezes ela apareceu nos relatos.



Figura 4. Gráfico de Nuvem. Motivo pelo qual as denúncias não são encaminhadas a algum órgão da universidade.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Os depoimentos mostram que o motivo principal pelo qual as vítimas não denunciam são o medo e a vergonha (em destaque no centro da figura 4, correspondendo aos termos mais citados nos 523 relatos). Também mencionados em estudos – internacionais e nacionais – o medo e a vergonha estão entrelaçados nos motivos elencados por estudantes para não denunciarem as violências sofridas nos ambientes das universidades (MINGO, 2016; LIZAMA-LEFNO & QUIÑONES, 2019; MONTRONE *et al.*, 2020; SOUZA E ROCHA, 2020; SOUZA *et al.*, 2021; ALMEIDA, 2019; ALMEIDA, 2019, 2023).

A sistematização dos relatos possibilitou aproximar os estudantes, por repetição e em similaridade. De tal forma, os depoimentos que seguem são emblemáticos e englobam as opiniões sobre o *medo* que as (os) estudantes sentem e, em consequência, não denunciam: “dá medo por que já houve casos que a universidade tentou abafar e fingir que nada havia acontecido”; “medo porque na maioria das vezes nenhuma providência é tomada, e pode até prejudicar a pessoa dentro do ambiente universitário dependendo de quem for o agressor”; “medo porque a universidade provavelmente não irá tomar nenhuma providencia a respeito e a pessoa ficará sozinha e marcada”; “medo por que nunca dá em nada a univer-



sidade vai sempre dar um jeito de esconder o ocorrido e as vezes até coloca culpa em quem está denunciando”, “medo pois a sensação de impunidade é constante, o agressor continua ali”, “medo porque ninguém faz absolutamente nada, todos agem como se nada tivesse acontecido”; “... por não terem orientação para fazer isso, faltando apoio e espaço para falar”; “medo de que nenhuma medida seja tomada, e o agressor se vingue de alguma forma”; “medo no caso em que o ofensor é alguém do corpo docente, medo de serem perseguidos posteriormente”. Também nesse conjunto de relatos, a vergonha relaciona-se a “ser exposta a situação vexatória e se a situação não for tratada com a devida importância vai ser motivo de piada”; “ter de ficar se expondo e pela sensação de que não há justiça para esses casos”; “...sensação de que serão culpadas mesmo sendo as vítimas”; “todos vão saber, vergonha dos julgamentos alheios”; “não saber como falar e com quem falar e achar que não vão acreditar”.

Os relatos informam a indiferença e a ausência de medidas por parte da instituição em relação às denúncias apresentadas, evitando a formalização. São os “silêncios” da e na instituição sobre as denúncias. Sobre isso, destacamos a referência ao medo vinculado à continuidade da presença do agressor no ambiente universitário (“*o agressor continua ali*”) e, assim, esse sentimento também surgiu nos relatos anunciando sua intensificação pela ausência de mecanismos institucionais de apoio e proteção às estudantes (“*medo porque na maioria das vezes nenhuma providência é tomada*”). Por sua vez a vergonha ganha a cena fortemente ligada ao “*vexame de ser exposta*”, “*aos julgamentos alheios*”. Nessa direção, pontuamos com Sara Ahmed (2004), que “a regulação dos corpos no espaço se dá, muitas vezes, por meio de uma distribuição desigual de medo e faz com que “os espaços se tornem territórios que são reivindicados como um *direito por algumas pessoas, mas não por outras*” (AHMED, 2004, p.70, tradução nossa, grifo nosso). A vergonha é “uma sensação intensa e dolorosa que está ligada à forma como o eu sente sobre si mesmo, um sentimento que o corpo sente e que é sentido nele” (...) a vergonha imprime no corpo um sentimento de que a pessoa está contra si mesma (AHMED, 2004, p. 103, tradução nossa). De tal forma, medo e vergonha são vulnerabilidades que repercutem das relações sociais desiguais de gênero, pois ainda que sejam expressões da individualidade das estudantes, são sentimentos “socialmente construídos e criam barreiras para visibilizar a situação de violência vivida [...] e são limitadores para a superação das violências” (TERRA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2015, p.121). Assim, os silêncios sobre as denúncias refletem um dos obstáculos à consecução do direito à uma vida livre de opressões em consequência do medo e da vergonha e do direito à educação das jovens no ambiente universitário.



Desqualificar e silenciar as denúncias: a “famosa passação de pano”

São várias as declarações sobre o desconhecimento de local “para colher reclamação” ou sobre “como e onde poderiam denunciar” (ninguém fala onde podemos reclamar e sermos ouvidos”). Também a desconfiança que a confidencialidade seja protegida (“saber que não será divulgado”) e que “acreditarão na sua palavra”. Nos relatos também aparece a insegurança: “não ter um órgão específico que trate disso, e a pessoa fica exposta”; “falta de confiança que o problema será solucionado e que não vai virar contra você”; “não ter efetividade, é a famosa ‘passação de pano’ vindo da própria direção do curso [....], sempre assim, mesmo em casos gravíssimos”; “não ter informação para saber aonde recorrer, e o medo do resultado dessa comunicação acabar tendo uma função inversa, de expor ainda mais o caso da violência e não ter um resultado positivo”; “ninguém fala onde pode reclamar”.

Esses relatos ilustram pungentemente que os casos não são investigados e/ou sequer acompanhados, são abafados e tratados continuamente como acusações já consideradas injustas de antemão (“a vítima nunca tem razão, ninguém põe fé, sai perdendo”; “logo de cara já mostram que vão duvidar fazendo perguntas indevidas [...] principalmente quando são mulheres”, “tem perguntas que fazem que colocam mais vergonha nas meninas”, “correm e logo abafam”, “sempre abafam”, “já houve casos aqui e abafaram”, “casos são abafados”). Tentativas de desqualificar e silenciar as denúncias – “principalmente de mulheres” - para evitar que fossem publicizadas ou, de fato, encaminhadas às instâncias da universidade.

Tentar proteger o nome da instituição, desvalorizando e tentando calar a acusação de que algo irregular acontece na universidade é uma reação amplamente discutida na literatura sobre violência sexual nas universidades, especialmente nos trabalhos de Sarah Ahmed (2018a, 2021). As universidades, na maioria das vezes, sentem-se mais atacadas pela acusação pública de estudantes (ou docentes) do que pelo fato de ter acontecido uma agressão sexual em suas dependências ou o fato de abusos serem recorrentes (ALMEIDA, 2023). Sem dúvida, trata-se de um processo complexo, pois nas universidades existem “paredes” que impedem que a denúncia caminhe (AHMED, 2018a, 2018b, 2021). A esse respeito, Heloisa Buarque de Almeida (2023) aponta que, frequentemente, os (as) gestores universitários (as), ocupantes de altos cargos, demandam que as denúncias sejam feitas de modo formal. Entretanto, “nas universidades brasileiras, existem poucas com estruturas formais e órgãos adequados ao atendimento dos casos” (ALMEIDA, 2023, p. 137, grifo nosso).



Considerações finais

*Há tanto silêncio sobre a violência.
O silêncio sobre a violência é violência
(Sara Ahmed)*

A pesquisa ora apresentada teve como foco principal a análise dos resultados obtidos sobre a prevalência da violência de gênero no ambiente universitário. Com seus recortes e delimitações o estudo afirmou-se sem pretensão de generalizar seus resultados. Considerando que ainda é tímido o número de trabalhos no contexto brasileiro, pretendeu contribuir para o debate do problema. Portanto, também há de se ressaltar que muitas questões ainda demandam maior aprofundamento, concernente a um estudo dessa natureza. De tal forma, alguns elementos puderam ser notados, caracterizando as situações e suas consequências: a) um coquetel de episódios de violências no ambiente universitário; b) o silêncio das denúncias: o medo e a vergonha e, c) tentativas de evitar que denúncias fossem publicizadas.

Foi possível observar no estudo que a violência de gênero vem se manifestando abertamente no ambiente universitário da UENP, por meio de formas naturalizadas de caráter flagrantemente sexista, potencializando eventos de assédio contra as mulheres (ou o que é classificado como feminino). Não raro, essa experimentação constante das múltiplas formas de violência de gênero - com grande presença de assédio moral, ameaças, humilhações e violência sexual - que se manifesta nas salas de aula, diante do olhar indiferente de professores (as) e em outros ambientes universitários da UENP – *o que não se vê, apesar de ocorrer à vista de todos* – intensifica o processo de naturalização e, consequentemente, de sua invisibilização no ambiente universitário e reflete na dificuldade de seu enfrentamento e prevenção. De tal modo, a complacência institucional diante dessa violência no ambiente universitário, coage e carrega obstáculos e prejuízos às condições pelas quais passam estudantes.

Denunciar não significa que as situações de violência de gênero vão cessar, contudo, é um sinal que diz: ‘isso está errado’ e também que ‘isso tem consequências e que aqui não pode mais acontecer’. Portanto, a somatória de omissões e silêncios diante das denúncias reflete no medo e na vergonha, especialmente das estudantes e repercute um campo que está “entranhado nas desigualdades de gênero naturalizadas em nossa sociedade” (ALMEIDA, 2022, p. 214). Assim, denunciar também representa uma forma de lutar por direitos na universidade.



Sara Ahmed (2012) desenvolveu o conceito de “não-performativo” para descrever políticas e compromissos que anunciam pretensão de fazer algo quando, na verdade, permitem que as instituições não façam nada. Ou seja, existe uma lacuna que percorre o que as instituições dizem ou escrevem que fazem – ou com o que dizem estar comprometidas –, e o que de fato fazem.

Em última análise, no discurso universitário da UENP é enfatizada e celebrada a importância e o potencial da “inclusão social” e de uma política institucional de direitos humanos fundamentada na “valorização das diferenças e das diversidades” (PDI, 2019, p.90). Desses pressupostos anunciados, para o alcance das políticas públicas universitárias visando o combate à violência de gênero sexual revela-se, efetivamente, um fosso abissal.

Referências

- AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. New York: Routledge, 2004.
- AHMED, Sara. **On Being Included: Racism and Diversity in Institutional Life**. Durham, Duke University Press, 2012.
- AHMED, Sara. Excluir-se. COLEÇÃO TRAMA, 2018a. Disponível em: <https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/EXCLUIRSE-FINAL.pdf>. Acesso em 13/010/2022.
- AHMED, Sara. Complaint as Feminist Pedagogy. In: **Annual Review of Critical Psychology**, Special Edition “Sex and Power in the University”, 2018b. p. 15-25. In: <https://www.researchgate.net/profile/Suryia-Nayak/> publication/342202458_ sex-and-power-in-the-university_-A_Feminist_Trade_Unionist. Acesso em: 12/10/2022.
- AHMED, Sara. **Complaint!** Durham: Duke University Press, 2021.
- ALMEIDA, Heloisa B. de. “Violence sexuelle et de genre à l'université : du secret à la bataille pour la reconnaissance”. **Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales**, 16, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/5348>. Acesso em 22/02/2022.
- ALMEIDA, Heloisa B. de. A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. Em: ALMEIDA, Tania M. Campos de; ZANELLO, Valeska (org). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 195-220.
- ALMEIDA, Heloisa B. de. **Entre segredos, posts e notícias**: a construção pública de categorias de violência sexual. Tese (Livre Docência). São Paulo: USP, 2023.
- ALMEIDA, Suely de S. Essa Violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely de S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.



ALMEIDA, Tania M. Campos de; ZANELLO, Valeska. Visões sobre a violência contra as mulheres nas universidades: uma introdução à problemática no Brasil e na América Latina. Em: ALMEIDA, Tania M. Campos de; ZANELLO, Valeska (org). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. xvii-xxxii.

ALMEIDA, Tania M. Campos de. Violências contra mulheres nos espaços universitários. Em: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Suzane; SILVA, Edilene; PORTELA, Cristiane (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Universidades brasileiras criam políticas de combate à importunação e à violência sexual. **Revista PESQUISA FAPESP**, n. 312 , Fevereiro 2022, p. 41-44. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/antidotos-contra-o-assedio/> Acesso em 12/10/2022.

ANUNCIFACIL. Veteranos recebem calouros com trote humilhante na UENP de Bandeirantes. **Redação Tribuna do Vale**, 2019. Disponível em: <http://www.anuncifacil.com.br/posts/detalhes/31541>. Acesso em 12/08/2020.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BANDEIRA, Lourdes M. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. **Gênero**, v. 17, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31263>. Acesso em: 12/05/2021

BARBOSA, Maria E. Todavía cargando este fardo: Situación estado actual de la violencia de género en las universidades en EE. UU. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.8, p. 69-82, Edição Especial 2, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.36311/2447-780X.2022.v8esp2.p69>. Acesso em 12/04/2023.

BARDAGI, Marucia P., HUTZ, Claudio S. Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: Impacto na evasão universitária. **Psico**. v. 43, n. 2, p. 174-184, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7870>. Acesso em 12/07/2023

BARRETO, Magali. Violencia de género y denuncia pública en la universidad. **Rev. Mex. Sociol.**, Ciudad de México , v. 79, n. 2, p. 262-286, jun. 2017. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032017000200262&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 10 abril 2023.

CASAGRANDE, Lindamir S. **Entre silenciamentos e invisibilidades**: as relações de gênero no cotidiano das aulas de matemática. Tese (Doutorado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. Ciênc. saúde coletiva 11 (supl), 2006, p. 1165 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>. Acesso em 12/05/2019



FELTES, Thomas (coord.) Gender-based Violence, Stalking and Fear of Crime. EU Project 2009-2011. **Research Report Publication**, 2012. Disponível em: http://www.gendercrime.eu/pdf/gender_crime_final_report_smaller_version.pdf. Acesso em: 12/08/2021.

FIORI, Ana L.de. “Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação”. Entrevista. Heloisa B. de Almeida. **Ponto Urbe** [Online], 26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.8702>. Acesso em 12/08/2022.

FRÍES, Lorena y HURTADO, Victoria. **Estudio de la información sobre la violencia contra la mujer en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL- División de Asuntos de Género, **Serie Mujer y Desarrollo**, 2010. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5826/S0900880_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 12/04/2020.

GODINHO, Carla C.; P. S.; TRAJANO, Soraya. S.; SOUZA, Cleibiane. V.; MEDEIROS Natasha. T.; CATRIB, Ana Maria M. F.; ABDON, Ana Paula V. A violência no ambiente universitário. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 4, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.8768>. Acesso em 12/05/2023.

GOOGLE. **Google Forms**: Free Online Surveys for Personal Use. Disponível em <https://www.google.com/forms/about/>. Acesso em 10/05/2019.

GUIMARAES, Sueli E. R.; BORUCHOVITCH, Evely. O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: uma perspectiva da Teoria da Autodeterminação. **Psicol. Reflex. Crit.** 17 (2), 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000200002>. Acesso em 12/06/2023

HBO MAX. Rompendo o silêncio. Prodigy Filmes, 2021.

IASC. COMITÉ PERMANENTE ENTRE ORGANISMOS. **Directrices para la integración de las intervenciones contra la Violencia de Género en la Acción Humanitaria**, 2015. Disponível em: https://gbvguidelines.org/wp/wpcontent/uploads/2016/03/2015-IASC-Directrice_s-VG _ version espagnol.pdf.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no ambiente universitário, 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popular-instituto-avon-2015/>. Acesso em: 20/05/2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Racismo no Brasil**: todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista, diz Djamila Ribeiro. **Adita**, Entrevista com Djamila Ribeiro, junho 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/599733-racismo-no-brasil-todo-mundo-sabe-que-existe-mas-ninguem-acha-que-e-racista-diz-djamila-ribeiro>. Acesso em: 12/04/2023

INTERAÇÕES na USP, Escritório USP Mulheres. Coordenação de Gustavo Venturi, 25 de junho de 2018. Disponível em: <http://sites.usp.br/uspmulheres/interacoesnausp/> Acesso em 12/03/2019.



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

JEE, Jeffrey M.; GOOD, Donald W. The Clery Act: Student Awareness and Perceptions of Effectiveness at a Public University and a Private College in East Tennessee. **Journal of Academic Administration in Higher Education**. Vol.13(2). 1-8. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/214085147.pdf>. Acesso em 12/10/2019.

KRUG, Etienne G.; MERCY, James A.; DAHLBERG Linda L., ZWI, Anthony B. The world report on violence and health. **The Lancet**. 2002; 360(9339):1083-8. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)11133-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0). Acesso em 12/05/2019

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMAS, Marta. A violência do sexismo. In: SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo (ed.) **O Mundo da Violência**. México: UNAM, FCE, 1998. p. 191-198.

LEONE, Jane M.; CARROLL James M. Victimization and suicidality among female college students. **Journal of American College Health**, 64 (6), 421–428. <https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1179197>

LIZAMA-LEFNO, Andrea & QUIÑONES, Andrea. Acoso sexual en el contexto universitario: estudio diagnóstico proyectivo de la situación de género en la Universidad de Santiago de Chile. **Pensamiento Educativo: Revista de Investigación Educacional Latinoamericana**, 2019, 56. 1-14. Disponível em: <https://salutsexual.sidastudi.org/resources/inmagic-img/DD57617.pdf>. Acesso em 15/03/2023.

MAITO, Deise C., PANÚNCIO-PINTO, Maria P.; VIEIRA, Elizabeth M. Violência interpessoal no ambiente acadêmico: percepções de uma comunidade universitária. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, n.26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220105>. Acesso em: 13/02/2023

MAITO, Deise C.; PANÚNCIO-PINTO Maria P.; SEVERI; Fabiana C.; VIEIRA, Elisabeth M. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade". **Interface** (Botucatu). 23: e180653, 2019.

MARTINS, Rogéria; FRAGA, Paulo; LAWALL. Janaína S., COSTA, Ana P. Violência sexual contra mulheres estudantes no ambiente universitário. O caso de uma universidade brasileira. **Sociologia Online**, n. 27, dezembro 2021, pp.99-123. DOI: 10.30553/sociologiaonline.2021.27.5. Acesso em 12/04/2023.

MATIAS, Odair. Polícia investiga caso de estupro contra aluna da UENP de Bandeirantes. Notícias. **BLOG ODAIR MATIAS**. Disponível em: <https://odairmatias.com.br/posts/detalhes/2237>. Acesso em 20/08/2020.



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

MCCULLAGH, Peter; NELDER, John A. **Generalized Linear Models**. Second Edition, London: Chapman and Hall, 1989.

MINGO, Araceli. ¿Ni con el pétalo de una rosa? Discriminación hacia las mujeres en la vida diaria de tres facultades, **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, vol. VII, núm. 18, 2016, pp. 24-41. Disponible em: <https://www.ries.universia.unam.mx/index.php/ries/article/view/174>. Acesso em 12/06/2019.

MINGO, Araceli; MORENO, Hortensia. Sexismo en la universidad. **Estud. sociol.**, Ciudad de México , v. 35, n. 105, p. 571-595, dic. 2017. Disponible em : http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-64422017000300571&lng=es&nrm=iso. Acesso em 12 maio 2023. <https://doi.org/10.24201/es.2017v35n105.1434>.

MONTRONE, Aida V. G.; FABBRO, Marcia R. C.; Dias, Teresa C. M.; FUSARI, Lívia M.; MOREIRA, Diogo B. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: SAINDO DA INVISIBILIDADE. **Revista Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1. p. 6-23, 2. Sem. 2020. Disponible em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46596/26705>. Acesso em 12/08/2022.

MORENO, Hortensia y MINGO, Araceli. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad. **Perfiles Educativos**, 37 (148), 2015, 138v155. Disponible em: <https://doi.org/10.22201/iisue.24486167e.2015.148.49318>. Acesso em 20/06/2020.

PAGANO, Marcello; GAUVREAU, Kimberlee. **Princípios de Bioestatística**. São Paulo: Thomson, 2004.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2019-2023. UENP. Paraná: Jacarezinho, 2019. Disponible em: <https://uenp.edu.br/publicacoes-oficiais-uenp/link-docs-prorreitorias-propav-documentos/propav-documentos-1/pdi-uenp/13533-plano-de-desenvolvimento-institucional-2019-2023/file>. Acesso em 20/03/2023.

SANTOS, Sales A. **Gênero, orientação sexual, raça e classe**. VIOLÊNCIAS CONTRA ESTUDANTES NO CAMPUS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL. Jundiaí: Paco, 2019.

SCIENCE DAILY. "Humor sexista não importa, diz psicólogo." Universidade da Carolina Ocidental, **Science Daily**, 7 de novembro de 2007. www.sciencedaily.com/releases/2007/11/071106083038.htm. Acesso em 12/02/2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. Reverberaciones feministas. **CS Estudios sobre Latinoamérica y el Caribe com Perspectiva Global**, v. 1, n. 10, p. 339-370, 2012.



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

SEGATO, Rita L.. La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del Derecho. In: SEGATO, Rita Laura (comp). **Las estructuras elementales de la violencia.** Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. p. 107-130.

SOUZA, Tatiane M. C.; ROCHA, Izabela A. Investigando o assédio sexual em universitárias: A violência de gênero na Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, 17(2), n.47, 2020, 165-184. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/4524/47966530>. Acesso em 12/03/2023.

SOUZA, Viviam M. P. de; LAROCCA, Liliana M.; CHAVES, Maria M. N.; MAFRA, Melissa dos R. P.; FIALLA, Michelle K. D.; LOURENÇO, Rafaela G. Violência de gênero no espaço universitário. **Cogitare enferm.** [Internet]. 2021. V.26. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.67689>. Acesso em 12/08/2022.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2019-2023. UENP. Jacarezinho, Paraná, 2019.

UNICAMP. Relatório Final. **Grupo de Trabalho Portaria Gr-83, 84 E 85/2017**. Apresenta proposta de política para combater discriminação baseada em gênero e/ou sexualidade e violência sexual. Campinas, 2018.

VENTURI, Gustavo. Apresentação. Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil - Intolerância e respeito às diferenças sexuais. **Fundação Perseu Abramo**. Imprensa e Público. Análise de Pesquisas, 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/02/13/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intolerancia-e-respeito-as-diferencias-sexuais>. Acesso em 10/05/2019.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. Foco na homofobia: A coleta e a análise dos dados. In: VENTURI G.; BOKANY, V. (Eds.), **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo, SP: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2011. (pp. 51-71).

ZOTARELI, Vilma; FAÚNDES, Anibal; OSIS, Maria José D.; DUARTE, Graciana A.; SOUZA, Maria Helena de . Gender and Sexual Violence Among Students at a Brazilian University, **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, 12 (1): 37-46, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/PdkcCtNWPNwdcWpmrBrQwmg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11/10/2018.

Agradecimentos

Agradecemos a Prof. Dra. Cláudia P. Vianna pela leitura cuidadosa e contribuições fundamentais para o aprofundamento da pesquisa.

Recebido em: 30/08/2023

Aceito em: 08/12/2024